

Editorial

Editorial

Revista de Investigações Constitucionais

ISSN 2359-5639

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v2i3.44823>



Licenciado sob uma Licença Creative Commons
Licensed under Creative Commons

O Estado sob controle

The State under control

A essência do constitucionalismo como fenômeno jurídico-político reside na limitação do poder do Estado. É essa a principal razão de ser de uma Constituição: restringir o poder político manejado pelos órgãos estatais – inclusive o poder de criar as leis, tipicamente atribuído ao Poder Legislativo – para assegurar o respeito a um conjunto de valores e decisões reputados fundamentais pela (e para a) sociedade, com o propósito de evitar a arbitrariedade e o autoritarismo. De nada adiantaria, porém, fixar parâmetros de atuação aos poderes constituídos se, no caso de desvios ou descumprimentos, inexistissem meios de controle da atuação do Estado.

Por esse motivo, a temática do controle da atividade estatal vem conquistando nas últimas décadas redobrada atenção dos estudiosos do Direito Público. O presente número da **Revista de Investigações Constitucionais** ilustra o destaque adquirido por esse assunto nos dias atuais, com trabalhos acerca do funcionamento do federalismo judicial nos Estados Unidos; das fronteiras entre o técnico e político no controle judicial de políticas públicas; dos modelos de autorrestrrição no controle jurisdicional da Administração Pública no Direito Comparado; das relações entre controle de constitucionalidade e controle de convencionalidade; do controle de constitucionalidade exercido pela Administração Pública; e dos diálogos institucionais entre os Poderes da República como pressuposto para um controle democrático.

Como citar este editorial | How to cite this editorial: HACHEM, Daniel Wunder. Editorial: O Estado sob controle. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 2, n. 3, p. 4-6, set./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v2i3.44823>.

Nesta edição, são publicados artigos em 5 idiomas distintos (inglês, espanhol, italiano, francês e português), elaborados por professores pertencentes a 7 universidades de 6 países diversos (Estados Unidos, Itália, Venezuela, Argentina, Rússia e Brasil – Rio de Janeiro e Paraná). Entre os artigos publicados, 100% são de Professores Doutores, 77% redigidos em língua estrangeira, 77% de autores estrangeiros e 88% de autores exógenos ao Estado do Paraná. São eles:

- Judicial federalism in the United States: structure, jurisdiction and operation

G. Alan Tarr

Professor of Political Science at Rutgers University (Camden-NJ, United States of America).

- The progressive era of constitutional amendment

Richard Albert

Associate Professor at Boston College Law School (Boston, USA)

- The vanishing boundaries between technical and political: normativism and pragmatism in the Brazilian courts' adjustment of public policies

Juliana Pondé Fonseca

LL.M. Candidate, Yale Law School (New Haven, United States of America)

- Legislazione e comparazione

Tommaso Edoardo Frosini

Ordinario di Diritto pubblico comparato della Facoltà di giurisprudenza – Università Suor Orsola Benincasa di Napoli (Napoli, Italia)

- La dynamique de la déférence: création et évolution des modèles auto-restrictives de contrôle juridictionnel dans le droit comparé

Eduardo Jordão

Professeur à l'Ecole de Droit de Rio de Janeiro de la Fundação Getulio Vargas – FGV Direito Rio (Rio de Janeiro-RJ, Brasil)

- El control de convencionalidad como expresión del control de constitucionalidad: originalidad y desaciertos

Víctor Rafael Hernández-Mendible

Profesor-Director del Centro de Estudios de Regulación Económica en la Universidad Monteávila (Caracas, Venezuela)

- La interpretación de la Constitución en sede administrativa

Afonso Buteler

Docente de Derecho Administrativo de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba y de la Universidad Empresarial Siglo 21 (Córdoba, Argentina)

- Diálogos institucionais: estrutura e legitimidade

Clèmerson Merlin Clève

Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná e do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil (Curitiba-PR, Brasil)

Bruno Meneses Lorenzetto

Professor de Direito do Programa de Mestrado em Direito (Direitos Fundamentais e Democracia) do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil e da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba-PR, Brasil)

- Sobre os termos e definições no Direito da Informação

Illaria L. Bachilo

Diretora do Setor de Direito da Informação do Institute of State and Law of the Russian Academy of Sciences (Moscou, Rússia)

O controle da conduta estatal, embora imprescindível num Estado de Direito, não pode ser levado a cabo de maneira irresponsável, com a substituição da arbitrariedade do ente controlado pelo autoritarismo do órgão controlador. Por essa razão, é preciso sofisticar o debate, explorando os mecanismos institucionais adequados para o exercício dessa tarefa e buscando as alternativas mais equilibradas oferecidas pelas teorias constitucionais contemporâneas.

Curitiba, setembro de 2015.

Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem

Coordenador Editorial da Revista de Investigações Constitucionais